AS MEDIDAS ADOTADAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA TORNAR MAIS CÉLERE O JULGAMENTO DAS AÇÕES LIGADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM

Autor(res)

Adriano Da Silva Ribeiro
Keren Da Silva Alcântara
Sérgio Augusto Veloso Brasil
Pedro Zeca Maranhão Oliveira
Rúbia Mara Marinho Neves
Clara De Barros Santos Diniz Vieira
Ludmila Aredes Brandão
Caroline Dias Rodrigues
Sylvio Moreira De Oliveira
Marcela Maria Pereira Amaral Novais

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

O estudo apresenta a temática da utilização das medidas adotadas pelo TJMG, referente aos processos judiciais relacionados ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019. Em razão do ajuizamento simultâneo de milhares de ações individuais na Comarca de Brumadinho, a Corte mineira teve que implementar ferramentas para promover a entrega da prestação jurisdicional de maneira célere e eficiente e, para tanto, criou o Núcleo de Justiça 4.0 – Cooperação Judiciária, com o intuito de absorver as ações judiciais, bem como instituiu a Central de Perícias, a fim de proporcionar a realização da prova técnica na área médica. O cerne da pesquisa consiste em perquirir acerca da efetividade dos projetos implementados pelo TJMG.

Objetivo

Propõe-se identificar se e quais ações foram implementadas pelo TJMG para estruturar, sistematizar e institucionalizar a celeridade no julgamento das ações ligadas ao rompimento da barragem.

Material e Métodos

Para o desenvolvimento da pesquisa utiliza o método dedutivo, com base na pesquisa exploratória, bem com o exame dos textos legais. Realizar-se-á pesquisa exploratória, a fim de permitir maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, que será efetivada por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e doutrinária, no exame dos textos constitucionais e legais, sendo a Constituição da República, o site

do Conselho Nacional de Justiça e o site do TJMG

Resultados e Discussão

O TJMG desenvolve, desde 2019, ações voltadas para assuntos relacionados ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. Em 04/02/2021, sob a mediação do TJMG, foi homologado o Acordo Judicial de Reparação, com repercussão mundial, no valor de R$ 37.726.363.136,47, entre Vale S.A., Estado de Minas Gerais, MPMG, DPMG e MPF, para reparação dos dados coletivos e difusos. Criou, em março de 2022, o Núcleo de Justiça 4.0 – Cooperação Judiciária (TJMG), na esteira da Resolução CNJ nº 385/2021, proporcionando a migração dos processos de Brumadinho para ambiente virtual inovador, com estrutura própria e atuação no formato do Juízo 100% Digital. Outra ação para acelerar a tramitação dos processos foi a criação, em maio de 2023, da Central de Perícias Médicas na Comarca de Brumadinho. A Central dá suporte à fase probatória. Cerca de 6,3 mil perícias médicas foram realizadas (MINAS GERAIS, 2024).

Conclusão

Além do tratamento uniforme e tramitação célere de processos pelo Núcleo de Justiça 4.0 – Cooperação Judiciária, o TJMG realiza mutirões de conciliação em Brumadinho para impulsionar o desfecho da lide mediante diálogo das próprias partes. Cinco anos após o rompimento, foram "recebidos 13.050 processos, realizadas 6.280 perícias, proferidas 2.603 sentenças, 14,7 mil decisões e 39.170 despachos” (MINAS GERIAS, 2024). Tais medidas revelam o empenho da instituição para dar celeridade aos processos.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 mar. 2024.

MINAS GERIAS, Tribunal de Justiça do. Rompimento da barragem em Brumadinho completa 5 anos e TJMG divulga balanço de ações. Disponível em: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/caso-brumadinho/rompimento-da-barragem-em-brumadinho-completa-5-anos-e-tjmg-divulga-balanco-de-acoes.htm. Acesso em: 08 mar. 2024.